

O Brasil está diante de uma nova expansão econômica?

“Há três grandes desafios a se enfrentar pelo crescimento do Brasil.” Por Andrea Calabi

Desde que o período de crescimento quase centenário do Brasil foi interrompido nos anos 80, a questão ocupou analistas e formuladores de política: quando recomeçará o crescimento? No decorrer dessas duas décadas, as expectativas aumentaram muitas vezes, mas a recuperação permaneceu indefinida.

Não podemos perceber a contribuição importante dos anos 90 para o desenvolvimento socioeconômico simplesmente lendo as estatísticas macroeconômicas tradicionais. De fato, se limitarmos a análise apenas às médias, os anos 90 parecem tão ruins ou até piores do que os anos 80. Por exemplo, o PIB cresceu a uma taxa anual de 1,7% (1990-9), enquanto a inflação média atingiu 278%, o investimento anual chegou a 15,9% do PIB (a preços de 1980), e a taxa de desemprego, a 5,7%. Os mesmos valores para os anos 80 (1980-9) foram, respectivamente, 2,9%, 272%, 18,2% e 5,4%.

Por detrás dessas médias, entretanto, encontram-se as contribuições fundamentais dos anos 90 para se atingir as reformas tão necessárias e tão fomentadoras de crescimento, e também para abaixar a inflação. Essas médias também ocultam melhorias que são captadas mesmo pelos indicadores tradicionais. Por exemplo, a taxa de investimento (preços de 1980) cresceu de 14% em 1992 para 17,5% em 1997-8. A produtividade da mão-de-obra na indústria, um dos principais ingredientes do crescimento, praticamente dobrou na década (um crescimento cumulativo de 91,6% em 1990-8, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE). Há também o progresso feito em termos de aprofundamento financeiro e expansão do crédito, em geral fortemente relacionadas com o crescimento do PIB. A taxa de M3 (moeda e divisas, depósitos em poupança, e depósitos de curto prazo em bancos ou em outras instituições quase-monetárias) saltou de 0,18% do PIB em 1985 para 0,40 em 1998 (dados do Banco Central), movidos pelo controle da inflação.

Vários estudos recentes nos ofereceram uma idéia mais precisa dos ganhos relativos ao crescimento dessas contribuições. Seus vários autores argumentam que

as reformas estruturais, e, em menor escala, a redução da inflação na América Latina melhorou o potencial de taxa de crescimento do PIB per capita em quase dois pontos percentuais ao ano. No caso do Brasil, esse acréscimo anual foi estimado entre 1,4 e 2,2 pontos percentuais. Esses números são impressionantes, pois levam em consideração apenas as reformas implementadas até 1995.

Esses autores também sustentam que o aprofundamento das reformas estruturais e a consolidação da estabilidade macroeconômica podem acrescentar 2,4

Não podemos perceber a contribuição dos anos 90 lendo as estatísticas macroeconômicas tradicionais

pontos percentuais à taxa de crescimento de longo-prazo do PIB per capita na região, aproximando-a de 5,4% ao ano. Porém, para se atingir as taxas de crescimento do Brasil dos anos 70, ou do Leste da Ásia das últimas décadas (aproximadamente 7% ao ano per capita), seria preciso que se elevasse substancialmente a qualificação da força de trabalho e que se ampliasse a abrangência das reformas para outras áreas.

Esse último ponto nos remete à natureza do cenário que o Brasil enfrenta no início do século, e, portanto, à questão levantada no início do texto: O Brasil está realmente diante de uma nova expansão econômica? Aqui, a premissa segue as seguintes linhas: considerando o progresso atingido durante os anos 90 em termos de estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal, expansão do crédito, maior investimento e produtividade, o Brasil está bem posicionado para retomar o crescimento. Entretanto, levando-se em conta que ainda resta muito a fazer para consolidar os fundamentos, esse crescimento, no médio e longo prazo, deverá ser moderado. Três grandes desafios ainda devem ser enfrentados para melhorar as perspectivas de crescimento do Brasil.

Primeiro, a estabilidade econômica deve ser consolidada, envolvendo a organização de um regime fiscal sólido nos três níveis

de governo, e o crescimento vigoroso e sustentável das exportações. Se o ajuste fiscal conseguido em 1999 demonstrar que é permanente, a percepção do risco do país recrudescerá, abrindo caminho para menores taxas de juros. Um bom desempenho da exportação igualmente ajudará a manter o déficit em conta corrente sob controle, aplacando os temores de uma nova crise cambial.

Segundo, as reformas estruturais devem ser aprofundadas e estendidas a outras áreas. Há muito a fazer em termos de privatização e reforma regulamentadora. O setor financeiro, por exemplo, apenas recentemente iniciou as reformas necessárias para reduzir custos e spreads (prêmios de risco) e para remover os obstáculos à expansão do crédito. Similarmente, a reforma do mercado de trabalho ainda está em seus primórdios. A reestruturação da indústria, por sua vez, ainda está por ser concluída, com níveis de produtividade no Brasil bem abaixo das recomendadas.

Por último, é necessário promover as assim chamadas reformas "de segunda geração", concebidas para construir e melhorar soluções para novos problemas, tais como os resultantes das transformações demográficas. Nesse caso os objetivos não poderiam ser mais desafiadores. Eles incluem, por exemplo, a consolidação do processo democrático (a reforma política), um judiciário menos custoso e mais ágil, relações federativas mais equilibradas, um sistema de impostos que promova eficiência e uma estrutura regulamentadora eficaz para lidar com falhas sistemáticas de mercado (antidumping, antitruste e monopólios naturais). Entre as reformas dirigidas aos novos problemas, três se destacam: a reforma da previdência, precondição para um ajuste fiscal permanente e para maior poupança interna; a reforma do setor da saúde para enfrentar as crescentes despesas com os idosos e com novos medicamentos e tratamentos; e a reforma do ensino, um pré-requisito para trabalhadores mais qualificados e para maior potencial de crescimento.

Andrea Calabi, economista, foi presidente do BNDES e do Banco Central.